

Resenha

## Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)

Francisco DORATIOTO

Brasília: FUNAG, 2012.

---

Cíntia Vieira Souto<sup>1</sup>

Francisco Doratioto dispensa apresentações. Desde a publicação de “Maldita Guerra”, em 2002, o professor da Universidade Católica de Brasília e do Instituto Rio Branco se firmou como grande especialista brasileiro nas relações com o Paraguai, um tema que não desperta o interesse de muitos pesquisadores. No ano passado, Francisco Doratioto publicou, sem muita divulgação, sua tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília em 1997, ampliando o recorte cronológico, que originalmente era até 1930, para 1954, com o título de “Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)”<sup>2</sup>.

Dividido em seis longos capítulos, o autor mapeia as relações entre o Brasil e Paraguai no período em que o país guarani encontrava-se na órbita de influência argentina. Doratioto utiliza ampla documentação de arquivo brasileira e argentina. Quanto aos documentos paraguaios, ele relata no prólogo as dificuldades que os pesquisadores têm, em geral, para pesquisar no país. Seu pedido para pesquisar no Ministério das Relações Exteriores foi negado. Ele relata: “De todo modo, tive acesso a documentos paraguaios em mãos de particulares; a outros que foram publicados e pelas informações em livros de memórias, além das contribuições de novos estudos publicados sobre a história paraguaia nos últimos anos” (DORATIOTO, 2012, p. 14).

No primeiro capítulo, “O declínio da influência brasileira (1889-1902)”, o autor mostra a continuidade da política externa da república brasileira, no seu início, em relação à política externa imperial. No governo do Marechal Floriano Peixoto, em 1894, houve uma interferência direta na política do Paraguai com o incentivo ao golpe que derrubou o presidente Juan Gualberto González com o intuito de inviabilizar a candidatura de José Segundo Décaud. Décaud era visto como um partidário da influência argentina. Segundo Doratioto, essa foi uma iniciativa pessoal de Floriano Peixoto, impregnado dos temores militares dos avanços argentinos. Os dois primeiros governos civis, Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902) pouco fizeram em relação ao Paraguai, em função das disputas internas e da crise financeira.

Em seguida, em “Rio Branco: a não intervenção (1902-1908)” o autor mostra a repercussão no Paraguai da política de Rio Branco para a América do Sul. Essa política tinha como princípios básicos a não inter-

1. Mestre em Ciência Política pela UFRGS, Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS, Professora da Faculdade Porto Alegrense. [cintia.souto@gmail.com](mailto:cintia.souto@gmail.com)

2. O mesmo trabalho foi publicado em 2011 pela editora paraguaia Tiempo de Historia com o título Uma relación compleja: Paraguay y Brasil, 1889-1954.

venção nos assuntos internos dos países vizinhos, apoiar governos legais e estabelecer uma *entente* com a Argentina. A ideia era estabelecer uma liderança brasileira, sem imposições aos países da região, de modo que o Brasil viesse a figurar como intérprete entre os vizinhos e as grandes potências. Para isso, os países sul-americanos não poderiam ver o Brasil como uma ameaça. Para que isso funcionasse, uma *entente* com a Argentina era fundamental.

Assim, em 1904, quando o Partido Liberal, apoiado pelo governo argentino, depôs o presidente Juan Escurra, o Brasil não interveio, rompendo, assim, a tradição diplomática brasileira de conter a influência argentina no Paraguai. De acordo com Doratioto, a *entente* não funcionou, pois a Argentina não aceitava a liderança brasileira: era superior ao Brasil nos planos econômico e militar e tinha sólidas relações com Grã-Bretanha.

No capítulo “Calma, moderação, mas firmeza (1909-1912)”, o autor mostra os frutos da política de neutralidade de Rio Branco durante a guerra civil de 1911-1912, resultado das dissensões entre os liberais. Para Doratioto, o Brasil teve nessa ocasião oportunidade de recuperar a influência no Paraguai, mas houve opção pela manutenção do princípio de não intervenção.

Em “Distanciamento e reaproximação (1912-1923)” Doratioto mostra a continuidade da gestão de Lauro Müller que sucedeu Rio Branco, falecido em 10 de fevereiro de 1912. Müller, que apoiava a neutralidade brasileira na Primeira Guerra, foi substituído no Ministério das Relações Exteriores, em 1917, por Epiácio Pessoa, decisão do presidente Venceslau Brás. Essa mudança marcou a adoção de uma política mais ativa do Brasil em relação aos países vizinhos.

Algo que Francisco Doratioto explora bastante são as percepções dos agentes brasileiros e argentinos em relação ao Paraguai. Nesse período de mudança, ele analisa a visão de José Cantilo, representante argentino em Assunção, que viria a ser ministro das Relações Exteriores da Argentina entre 1938 e 1940. Cantilo comenta que a preeminência argentina no Paraguai decorria de vinculações econômicas, geográficas, culturais e políticas entre os dois países, mas que “os homens públicos do país guarani, quando se alinharam com o Brasil ou com a Argentina, o fizeram visando obter vantagens para seus objetivos políticos internos e ‘nunca como resultado de uma adesão profunda, pensada e definitiva a um ou outro dos países vizinhos’” (DORATIOTO, 2012, p. 253). Eis uma estratégia que o país guarani exploraria cada vez mais para obter vantagens.

No início dos anos 1920, cristalizou-se entre as lideranças liberais paraguaias a necessidade de conter a influência argentina. No governo Manuel Gondra (1920-1922) houve uma aproximação com o governo de Epiácio Pessoa (1919-1922). Num novo episódio de guerra civil, Gondra foi substituído por Eusebio Ayala e, após, por Eligio Ayala (1924-1926).

No capítulo “Paraguai: Equilíbrio Externo Frustrado (1924-1936)”, Doratioto mostra como, nos anos seguintes, em função do descaso de Arthur Bernardes (1922-1926), a influência argentina aprofundou-se no Paraguai. O governo argentino passou a financiar o fortalecimento militar paraguaio, que necessitava de recursos para resistir à pressão da Bolívia sobre o Chaco.

O governo Washington Luís (1926-1930) avançou ao perceber o Paraguai como mercado para produtos brasileiros. Houve também um plano de construir uma estrada de ferro entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, mas a falta de recursos e a Revolução de 1930 impediram seu seguimento.

O primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945) deu continuidade à política de aproximação do Paraguai. Doratioto comenta que contribuiu para isso o fato dos paraguaios terem impedido o uso de seu território pelos revolucionários de São Paulo e de Mato Grosso em 1932.

A guerra do Chaco (1932-1936) suspendeu as ações externas paraguaias. O governo brasileiro se declarou neutro e fez esforços para obter o armistício, ocorrido na Conferência de Paz de Buenos Aires.

Em “Anos decisivos (1936-1954)” o autor mostra que mesmo a instabilidade do período de Rafael Franco, Félix Paiva e José Félix Estigarribia não impediu uma efetiva aproximação brasileiro-paraguaia. Em junho de 1941 foram assinados diversos acordos por Getúlio Vargas e Higinio Moríngio:

Entre os acordos mais importantes, estavam o que tornava Santos porto franco para o comércio exterior paraguaio, aquele que criava mecanismo de crédito para o comércio bilateral, outro que tratava das bases para um tratado de comércio e, ainda, o que tratava da construção da ferrovia Concepción a Pedro Juan Caballero. Em síntese, o Paraguai se livraria da dependência do Rio da Prata para seu comércio exterior quando estivesse pronta a ligação terrestre entre os dois países, o que ainda demoraria quase duas décadas. (DORATIOTO, 2012, p. 526).

A convergência do autoritarismo nos dois países dinamizou a aproximação entre 1941 e 1945.

Com a redemocratização do Brasil, o Paraguai novamente se aproximou da Argentina. Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) passou a pressionar Moríngio para democratizar o país que, contrariado, passou a contar com o apoio de Juan Perón, que assumiu o poder em 1946.

Até 1949, apesar de o partido Colorado ter passado a dominar sozinho o poder no Paraguai, o país guarani passou por grande instabilidade política. Nesse ano, assumiu Frederico Cháves. Perón se empenhou em atrelar a economia paraguaia à argentina, ao passo que o Brasil investia no fortalecimento dos compromissos bilaterais assumidos anteriormente.

Cháves foi deposto em maio de 1949 pelo general Alfredo Stroessner, que fizera Escola do Estado Maior no Brasil entre 1940 e 1941, e tinha uma franca simpatia pelo país. Stroessner orientaria a política externa paraguaia na direção do Brasil.

O minucioso trabalho de Francisco Doratioto supre uma lacuna importante em relação aos estudos no Brasil sobre o Paraguai. Há muito pouco material a respeito do Paraguai no século XX. Cremos que opção do autor por cobrir um período tão longo tenha sido no sentido de suprir essa lacuna.

O texto é um tanto descritivo, o que o torna, em alguns momentos, um pouco enfadonho. Todavia, para empreender qualquer trabalho de reflexão, é necessário ir às fontes e processar a massa documental transformando-a em material legível. Essa tarefa difícil, Doratioto cumpriu muito bem.

Convém também assinalar a propriedade de um trabalho dedicado ao Paraguai no Brasil. Monica Hirst (2005/2006, p. 11) considera o relacionamento do Brasil com o Paraguai hoje o mais intrincado entre os dez países com os quais há compartilhamento de fronteiras. Alberto Pfeifer e Roberto da Costa (PFEIFER, COSTA, 2005/2006, p. 42) chamam a atenção para a complexidade das relações entre o Brasil e o país guarani. Diante disso, causa estranheza o desinteresse dos pesquisadores brasileiros em relação ao Paraguai. Mais um motivo para valorizar a publicação de “Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação”.

#### Referências

- DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012.
- HIRST, Monica. As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no *latu e strictu sensu*. *Política Externa*, v. 14, n. 3, p. 11-21, dez./fev. 2005/2006.
- PFEIFER, Alberto; COSTA, Roberto Teixeira da Paraguai e Brasil: aspectos da relação bilateral e a evolução do Mercosul. *Política Externa*, v. 14, n. 3, p. 41-56, dez./fev. 2005/2006